

**JAQUELINE FONSECA RODRIGUES
(ORGANIZADORA)**

ELEMENTOS DA ECONOMIA 2

Jaqueline Fonseca Rodrigues

(Organizadora)

Elementos da Economia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E38	Elementos da economia 2 / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Elementos da Economia; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-319-4 DOI 10.22533/at.ed.194191405 1. Economia. 2. Economia – Política e governo. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Série. CDD 330.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A edição do volume 1 – **Elementos da Economia 2** traz em sua essência o entendimento da economia e a familiarização com os termos envolvidos na área de economia.

Pode-se enfatizar que a **Economia** faz parte das ciências sociais que estudam fenômenos que ocorrem na esfera da estrutura econômica, ou em outras esferas que terminam por afetar a estrutura econômica.

A economia é considerada uma **ciência social** porque a **ciência social** estuda a organização e o funcionamento das sociedades assim, pode-se dizer que a **Ciências Econômicas** ocupam-se do comportamento humano, e estudam como as pessoas e as organizações na sociedade se empenham na produção, troca e consumo dos bens e serviços.

O surgimento de “**falhas de mercado**” pode ocorrer devido ao fato de os agentes econômicos envolvidos não contabilizarem os impactos sociais das escolhas econômicas efetuadas, normalmente derivadas de decisões políticas provenientes de estudos econômicos. Através do vasto estudo econômico as políticas micro e macroeconômicas tendem a inserirem outras partes do complexo contexto social, os quais não foram inseridos em momentos decisórios da formulação e aplicação de estas.

Nota-se a elevada importância da inclusão de temas que englobem aspectos sociais e setor público, visando a constituição de uma sociedade que possa promover justiça, igualdade, que seja bem-sucedida e desta maneira, organizada.

Conforme os contextos exibidos, o objetivo deste livro é a condensação de formidáveis pesquisas envolvendo a esfera social e o setor público de modo conjunto através de instrumentos que os estudos econômicos propiciam.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem de Elementos da Economia, através da apresentação de sistemas de informação em saúde, agricultura familiar, acordos comerciais, análises financeiras, mercado de trabalho, os quais destacam as aplicações práticas e metodológicas, além da contribuição para que se interprete as relações econômicas, sociais e de cunho político.

A preferência pela escolha efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo setor econômico brasileiro.

Necessita-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas exibidas, são os mais variados, o que promove uma ótica diferenciada na visão da ciência econômica, ampliando os conhecimentos acerca dos assuntos apresentados. A relevância ainda se estende na abordagem de proposições inerentes ao Desenvolvimento Regional e Territorial; Gestão da Produção e Inovação, envolvendo Agroecologia, apresentando questões relativas à sociedade e ao setor público.

Enfim, esta coletânea visa colaborar imensamente com os estudos Econômicos,

Sociais e de Políticas Públicas, referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos respeitáveis referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de renome na área científica, que podem contribuir com o tema. Além disso, poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

Jaqueline Fonseca Rodrigues
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTEROPERABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE COMO PROPOSTA DE INOVAÇÃO EM SAÚDE	
Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes Rosana Alves de Melo Saulo Bezerra Xavier Ana Lúgia Passos Meira Jobson Maurilio Alves dos Santos Maria Grasiela Alves de Figueiredo Lima Roseane da Silva Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.1941914051	
CAPÍTULO 2	9
A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DAS CIDADES DE PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Murilo Campos Rocha Lima Renata Marques de Menezes Mota Fernanda Quintanilha da Silva Andréia Cipriano de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.1941914052	
CAPÍTULO 3	24
ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS DOS ACORDOS DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E CHINA	
Angélica Pott de Medeiros Daniel Arruda Coronel Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.1941914053	
CAPÍTULO 4	36
ANÁLISE FINANCEIRA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO-GO: UM ESTUDO DE CASO	
Márcio do Carmo Boareto Euclides Fernandes dos Reis Vanessa Bitencourth dos Santos Sara da Costa Fernandes Vagner Rosalem	
DOI 10.22533/at.ed.1941914054	
CAPÍTULO 5	44\
CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ANOS 2006 A 2015	
Bruna Costa de Paula Adriana Estela Sanjuan Montebello	
DOI 10.22533/at.ed.1941914055	

CAPÍTULO 6	61
COMÉRCIO EXTERIOR E POLÍTICA COMERCIAL NO BRASIL: REFLEXÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS ACERCA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA	
Tobias de Paula Lima Souza Lucas Ayres Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1941914056	
CAPÍTULO 7	84
COMPETITIVIDADE DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO BRASILEIRO NO MERCOSUL	
Patricia Kischner Cristiane Ivete Bugs Vione Andressa Neis Luana Rigo	
DOI 10.22533/at.ed.1941914057	
CAPÍTULO 8	96
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO SUL- FRONTEIRA NO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Natalia Bogado Balbuena Vinícius Vasconcelos Braga Yhulds Giovani Pereira Bueno	
DOI 10.22533/at.ed.1941914058	
CAPÍTULO 9	109
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: ANÁLISE DA HETEROGENEIDADE SOCIOECONÔMICA NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS	
Karina Palmieri de Almeida Clesio Marcelino de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.1941914059	
CAPÍTULO 10	123
DINÂMICA DAS COMPRAS PÚBLICAS PARA O PNAE DIRETAMENTE DO AGRICULTOR FAMILIAR: ESTUDO DE CASO EM MUNICÍPIOS DA PARAÍBA	
Jucimar Casimiro de Andrade Fernando Salvino da Silva Larissa Petrusk Santos Silva Rodolfo Donizeti C. de Albuquerque Rocha Robson José Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.19419140510	
CAPÍTULO 11	141
EFEITO DA FINANCEIRIZAÇÃO SOBRE A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	
Luccas Assis Attílio	
DOI 10.22533/at.ed.19419140511	
CAPÍTULO 12	159
FINANCIAMENTO DO TRATAMENTO ONCOLÓGICO EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DOS HOSPITAIS PRIVADOS E PÚBLICOS DA REDE SUS	
Ivaldo Dantas de França Roseane da Silva Lemos Tiago Rafael de Sousa Nunes Maira Galdino da Rocha Pitta	

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rêgo

DOI 10.22533/at.ed.19419140512

CAPÍTULO 13 168

GASTOS PÚBLICOS ESTADUAIS EM EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO

Francisco Antonio Sousa De Araujo

José Fernando Frota Cavalcante

Jose Maria Da Cunha Junior

Paulo De Melo Jorge Neto

DOI 10.22533/at.ed.19419140513

CAPÍTULO 14 185

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DE GESTÃO DA PRODUÇÃO DO CAFÉ POR INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Luisa Amelia Paseto

Luísa Paseto

Aloísio dos Santos Espindola

Felipe Bellodi Bellini

DOI 10.22533/at.ed.19419140514

CAPÍTULO 15 199

IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ECONOMIA DA SAÚDE NOS HOSPITAIS ESTADUAIS – O CASO DE PERNAMBUCO, BRASIL, 2016

Inês Eugênia Ribeiro da Costa

Roseane da Silva Lemos

Priscila Rossany de Lira Guimarães Portella

Geraldo Eduardo Vieira de Barros Puça

Ana Claudia Callou Matos

DOI 10.22533/at.ed.19419140515

CAPÍTULO 16 209

INOVAÇÃO E MUDANÇA ESTRUTURAL NA DINÂMICA CAPITALISTA: UMA ABORDAGEM EVOLUCIONÁRIA

Flávia Félix Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.19419140516

CAPÍTULO 17 225

INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA

Sivanildo José de Almeida

Ricardo Lacerda de Melo

Fernanda Esperidião

DOI 10.22533/at.ed.19419140517

CAPÍTULO 18 241

INTERFACES TEÓRICO-ANALÍTICAS ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Kátia de Fátima Vilela

Alair Ferreira de Freitas

Rodney Alves Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.19419140518

CAPÍTULO 19	263
O COMERCIO E A PRODUÇÃO DE CARNE EQUINA NO BRASIL	
Brenda Alves dos Santos	
Camila Raineri	
Eleonice Aparecida dos Santos Alves	
Mahara Moreira Marquez	
DOI 10.22533/at.ed.19419140519	
CAPÍTULO 20	275
O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO RECENTE: 2005 -2016	
Raquel Pereira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19419140520	
CAPÍTULO 21	287
O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA COMO INOVAÇÃO PARA REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL	
Ana Lígia Passos Meira	
Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes	
Saulo Bezerra Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.19419140521	
CAPÍTULO 22	294
POBREZA EM SUAS MULTIDIMENSÕES: UMA ANÁLISE ECONOMETRICA DA REGIÃO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL	
Ohanna Larissa Fraga Pereira	
Caroline Lucion Puchale	
DOI 10.22533/at.ed.19419140522	
CAPÍTULO 23	307
PREVISÕES DO PREÇO DA ARROBA DO BOI GORDO: UM APLICAÇÃO DO MODELO ARIMA EM FUTUROS AGROPECUÁRIOS	
Paulo Fernando Taveira Maselli	
Sabrina Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.19419140523	
CAPÍTULO 24	318
PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS E SOLIDÁRIOS NA COMUNIDADE BARRO, SERRINHA-BA: FAZENDO PESQUISA-AÇÃO COMO PROCESSO EDUCATIVO	
Edeilson Brito de Souza	
Glauciane Pereira dos Santos	
Iaçanan Carneiro de Jesus	
Carla Teresa dos Santos Marques	
Heron Ferreira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19419140524	
CAPÍTULO 25	332
REDUÇÃO DE CUSTOS NO SETOR DE NUTRIÇÃO DE UM HOSPITAL REGIONAL A PARTIR DA INTERVENÇÃO DO NÚCLEO DE ECONOMIA DA SAÚDE	
Bruna Maria Bezerra de Souza	
Angélica Barbosa Arruda Patriota	
Inês Eugênia Ribeiro da Costa	
Roseane da Silva Lemos	

CAPÍTULO 26 338

REGULAÇÃO E PERCEPÇÃO DA QUALIDADE E CONSUMO DO QUEIJO DE COALHO ARTESANAL NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Girleno Costa Pereira

DOI 10.22533/at.ed.19419140526

CAPÍTULO 27 354

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA: TEMPO GASTO E NECESSIDADE NA PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS

Jobson Maurilio Alves dos Santos

Flavia Emilia Cavalcante Valença Fernandes

Mayra Cavalcante do Nascimento

Milena Souza dos Santos

Palloma Lopes de Arruda

Rafaela de Oliveira Xavier

Rosana Alves de Melo

DOI 10.22533/at.ed.19419140527

CAPÍTULO 28 361

SUSTENTABILIDADE EM AGROINDÚSTRIAS: ALTERNATIVAS PARA EVITAR O DESPERDÍCIO DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS DO PEDÚNCULO DE CAJU - UMA REVISÃO DE LITERATURA

Wesley Fernandes Araújo

Lindalva de Moura Rocha

Inês Maria de Souza Araújo

Gabriela Almeida de Paula

Leanne Silva de Sousa

Matheus Fernandes Folha

Luciano Borges da Rocha Filho

Reijaner Vilanova Araújo

DOI 10.22533/at.ed.19419140528

CAPÍTULO 29 383

COMPARAÇÃO DE ORÇAMENTOS ENTRE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL CONVENCIONAIS E NÃO CONVENCIONAIS DE UM PROJETO DE RESIDÊNCIA OFERECIDO PELA COHAB DE SANTA CATARINA COM APLICAÇÃO NA REGIÃO DE RIO-MAFRA

Eduardo Francisco Pimentel

Olaf Graupmann

DOI 10.22533/at.ed.19419140529

SOBRE A ORGANIZADORA..... 397

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: ANÁLISE DA HETEROGENEIDADE SOCIOECONÔMICA NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS

Karina Palmieri de Almeida

Mestranda em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/IERI/UFU),
Graduada em Relações Internacionais (UFU),
Técnica em Mecânica Industrial (CEFET-MG).
Uberlândia – MG. E-mail: kaapalmieri@gmail.com

Clesio Marcelino de Jesus

Doutor em Economia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/IERI/UFU).
Uberlândia – MG. E-mail: clesiomj@ufu.br

RESUMO: Este trabalho analisa a temática do desenvolvimento territorial rural no Brasil com objetivo de examinar duas questões principais acerca do Território das Águas Emendadas: a coerência da inclusão do Distrito Federal, bem como os resultados que as políticas públicas para o desenvolvimento rural vêm promovendo no Território. A metodologia teve como procedimentos uma revisão teórica sobre a temática, bem como análise do Território quanto ao seu perfil geográfico-demográfico, social, habitacional, trabalhista e econômico. Os resultados confirmam que quase todos os indicadores avaliados evidenciam um Território diferente quando incluído o Distrito Federal, com indicadores maiores que o restante dos municípios. Conclui-se que o recorte territorial

analisado deve ser repensado, pois, este não se enquadra nas características que o torna um Território homogêneo e capaz de identificar um projeto comum de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Territorial Rural. Território Das Águas Emendadas. Políticas Públicas.

RURAL TERRITORIAL DEVELOPMENT: ANALYSIS OF SOCIOECONOMIC HETEROGENEITY IN THE TERRITORY OF ÁGUAS EMENDADAS

ABSTRACT: This paper analyzes the topic of rural territorial development in Brazil with the objective of examining two main questions about the Territory of Águas Emendadas: 1) the consistency of the inclusion of the Federal District, as well as the results that the public politics for rural development have been promoting in the Territory. The methodology had as procedures a theoretical revision on the subject, as well as an analysis of the Territory regarding its geographic-demographic, social, housing, occupational and economic profile. The results confirm that almost all the indicators evaluated show a different Territory when included the Federal District, with indicators that are larger than the rest of the municipalities. It

is concluded that the territorial cut analyzed should be reconsidered, because this one does not fit the characteristics that make it a homogeneous Territory and able to identify a common development project.

KEYWORDS: Rural Territorial Development. Territory of Águas Emendadas. Public policies.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa contempla a temática do desenvolvimento territorial rural no Brasil e tem por objetivo investigar alguns impactos que as políticas públicas, instituídas num passado recente pelo Governo Federal no Território Das Águas Emendadas, proporcionaram para a promoção do desenvolvimento territorial. Também visa investigar se a participação do Distrito Federal neste Território é coerente com as condições de um território economicamente deprimido.

O Território Das Águas Emendadas foi contemplado por dois programas do Governo Federal, portanto, é considerado um Território Rural e da Cidadania. Trata-se de um Território atípico pelo fato de ser o único composto por três unidades da federação (Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal), entretanto, é questionável a criação desse recorte territorial por reunirem municípios que possuem realidades econômicas e sociais muito divergentes entre si.

Para tanto, a metodologia teve como procedimentos uma revisão teórica acerca do desenvolvimento territorial rural. Analisou-se o Território sob um conjunto de variáveis, por meio do levantamento de informações secundárias do Atlas de Desenvolvimento Humano, do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e do Portal da Transparência do Governo Federal, que caracterizam seu perfil geográfico-demográfico, social e habitacional, trabalhista e econômico. Posteriormente, construiu-se análise comparativa entre os municípios que compõe o Território, comparando-os também com as médias dos estados de Goiás, Minas Gerais e à média nacional, além de averiguar os impactos das políticas públicas do Governo Federal para promoção do desenvolvimento territorial rural no Território Das Águas Emendadas entre 2003 e 2015.

Em suma, os resultados demonstram a existência de grande assimetria dentro do Território das Águas Emendadas, sob todos os aspectos analisados, situação que interfere diretamente nos rumos do desenvolvimento territorial, cujo resultado pode implicar em dificuldades para a elaboração e aplicação de políticas públicas para o desenvolvimento territorial no local.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo apresenta outras duas seções. Na primeira seção, são apresentados breves apontamentos históricos acerca do desenvolvimento territorial rural no Brasil. Em seguida, mostrar-se-á as características geográficas e demográficas do recorte territorial em questão, bem como, análise do conjunto de dados socioeconômicos do Território, que nos permite

demonstrar que o Território das Águas Emendadas enfrenta grande heterogeneidade entre os municípios que o compõe.

2 | BREVE RESGATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INDUZIDAS NO BRASIL PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

A implementação de políticas públicas para desenvolvimento rural por meio dos programas criados pelo Governo Federal, surgiram em decorrência do debate acerca do tema do desenvolvimento local/territorial que ganhou enfoque na América Latina no contexto das reformas liberalizantes do fim do século XX. O debate acerca do desenvolvimento econômico no Brasil modificou-se principalmente em meados da década de 1990, no contexto de globalização e de políticas neoliberais associadas à crise das décadas de 1970 e 1980.

As políticas de desenvolvimento com ênfase no local/regional se iniciaram na década de 1990, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, influenciadas por organismo multilaterais, particularmente, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os quais recomendavam a desregulamentação da economia, avanço nas privatizações, maior abertura comercial, política fiscal e monetária restritivas, submissão às pressões do mercado para o pagamento da dívida pública, abandono do planejamento político, dentre outros (ORTEGA; ESTRADA, 2015, p. 28).

Não obstante, as políticas públicas para o desenvolvimento territorial consolidaram-se de fato, nos anos 2000, durante o Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e continuaram no primeiro governo de Dilma, quando o governo destinou maior intervenção do Estado para as ações do chamado desenvolvimento territorial rural via programa Territórios da Cidadania. Porém, analisando as informações nos sítios dos programas, é evidente que os mesmos foram interrompidos ou ficaram em segundo plano na transição para o governo Temer, situação que vem enfraquecendo os já frágeis colegiados territoriais.

De modo geral, segundo Ortega (2008) e Jesus (2013), as políticas de desenvolvimento local/territorial tomaram como modelo de referência as experiências europeias da chamada Terceira Itália e do Programa *LEADER* (Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) da União Europeia. O sucesso alcançado por alguns territórios que eram considerados deprimidos nos países europeus influenciou e possibilitou que vários outros países que apresentavam baixo desenvolvimento se espelhassem nos aspectos bem-sucedidos desses casos para adotarem em suas políticas.

De acordo com Jesus e Ortega (2012), nos últimos anos, no Brasil, “emergiram” arranjos socioprodutivos territoriais induzidos por políticas públicas com objetivos distintos, como o combate à pobreza rural, promoção do turismo e aumento de produção. Dentre as estratégias e programas para promover o desenvolvimento

econômico no país, insere-se a temática territorial, a qual trata-se de uma alternativa para o desenvolvimento de municípios tipicamente rurais, com predominância de agricultura familiar. Sob essa perspectiva:

Os territórios induzidos por políticas públicas, particularmente em países em desenvolvimento, como é o caso brasileiro, na sua grande maioria, vêm sendo constituídos em realidades territoriais economicamente deprimidas, e sua organização visa reduzir a pobreza e as desigualdades regionais, também conferindo mais competitividade territorial para seu ingresso em mercados nacionais e internacionais mais dinâmicos (ORTEGA; ESTRADA, 2015, p. 27).

Com a criação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial começaram a ser criados, em 2003, os Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, que conformaram os Territórios Rurais (TRs) no âmbito do PRONAT.

Nos primeiros anos do programa, foram criados 164 territórios rurais. Entre 2008 e 2015, os TRs saltaram para 239, em 2016 registravam-se 243 TRs distribuídos em todas as unidades da federação, abarcando 3.653 municípios, beneficiando mais de 78 milhões de habitantes em todo o Brasil, o que corresponde à 40% da população nacional (PORTAL DOS NEDETS, 2016).

Em 2008, foram lançados os Territórios da Cidadania (TCs) que visavam constituir um eixo de ação do Governo Federal para reduzir as desigualdades sociais e econômicas (JESUS, 2013). Em 2008 foram instalados 60 TCs, até alcançar os 120 atuais (ORTEGA; ESTRADA, 2015, p. 41). Os 120 TCs contemplam 1.851 municípios do país e beneficiam 44 milhões de habitantes em todo o território nacional, o que corresponde à 23,4% da população total do Brasil (MDA/SDT, 2016; PORTAL DOS NEDETS, 2016). Os TCs foram constituídos a partir do TRs, sendo priorizados os territórios que podemos denominar de “deprimidos”, ou seja, com maior incidência de pobreza e baixos indicadores socioeconômicos (JESUS, 2013).

Em suma, de acordo com Jesus (2013) conclui-se que uma política de indução ao desenvolvimento territorial rural é um importante instrumento de promoção de comunidades de economias deprimidas ou que se encontram em situação de subdesenvolvimento.

Assim sendo, entende-se por desenvolvimento territorial rural políticas implantadas pelo Governo Federal e governos de alguns estados da federação que visam reduzir a pobreza e as desigualdades regionais de territórios economicamente deprimidos e gerar renda, principalmente no que tange os limitantes educacionais, de saúde, de produção e de infraestrutura em geral. Logo, as políticas de cunho territorial devem promover o desenvolvimento de toda a sociedade no recorte estabelecido.

3 | 3. O TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS

3.1 Características Geográficas e Demográficas

O recorte territorial em estudo está incluso em ambos os programas, portanto, é considerado tanto um Território Rural como da Cidadania. É um território atípico, pois é o único no país a reunir três Unidades da Federação. Possui área de 37.721,70 km² e está localizado no planalto central brasileiro, abrangendo toda a área do Distrito Federal, três municípios do noroeste do Estado de Minas Gerais (Buritis, Cabeceira Grande e Unai), e sete municípios do nordeste do Estado de Goiás (Água Fria, Cabeceiras, Formosa, Mimoso, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás e Vila Boa), totalizando 11 municípios.

O Território das Águas Emendadas é caracterizado por carências socioeconômicas e vem recebendo incentivos do Governo Federal, desde os anos de 1990, participando, inclusive dos Fóruns DLIS. Entretanto, há grande heterogeneidade dentro do Território, quando se analisa o Distrito Federal e os municípios restantes sob todos os aspectos, seja social, político, ambiental ou econômico. Em suma, acredita-se que um dos grandes desafios do Território das Águas Emendadas é que apesar de gerar riquezas, a mesma não é distribuída de forma mais homogênea em seu território (MDA/SDT, 2006).

De acordo com os dados da Tabela 1, o Território das Águas Emendadas reúne 2.906.184 habitantes (2010), com destaque para o Distrito Federal (2.570.160) que concentra a maior parte da população, seguido por Formosa (100.085), outros dois municípios estão entre 75 e 85 mil habitantes, dois na casa dos 20 mil e cinco abaixo de 8 mil habitantes, que indicam elevada heterogeneidade entres os municípios desse recorte territorial.

Em termos de taxa de crescimento populacional, no período de 2000 a 2010, o Território apresenta taxa anual de 2,20%, superior ao patamar nacional (1,17% a.a.). Entretanto, verifica-se que a taxa anual de crescimento da população rural do Território das Águas Emendadas no período de 2000 – 2010 é positiva (0,51%), diferente da taxa nacional que é negativa (-0,65%), evidenciando o acelerado crescimento urbano da região (Tabela 1).

Municípios / Territórios	População 2010				Taxa Anual de Crescimento (%)			Área Total em km ²	Hab./km ²
	Total	Urbana	Rural		2000 – 2010				
		Total	Total	%	Total	Urbana	Rural		
Água Fria de Goiás (GO)	5.090	2.137	2.953	58,02	1,31%	2,92%	0,30%	2.029,42	2,508
Cabeceiras (GO)	7.354	5.505	1.849	25,14	0,85%	1,16%	-0,03%	1.127,57	6,522
Formosa (GO)	100.085	92.023	8.062	8,06	2,44%	2,88%	-1,49%	5.811,79	17,221
Mimoso de Goiás (GO)	2.685	1.242	1.443	53,74	-0,42%	0,46%	-1,12%	1.383,92	1,94
Padre Bernardo (GO)	27.671	10.786	16.885	61,02	2,55%	-2,05%	7,44%	3.139,18	8,815
Planaltina (GO)	81.649	77.582	4.067	4,98	1,03%	1,02%	1,25%	2.543,68	32,099
Vila Boa (GO)	4.735	3.502	1.233	26,04	3,72%	2,63%	7,74%	1.060,17	4,466
Distrito Federal	2.570.160	2.482.210	87.950	3,42	2,28%	2,38%	-0,19%	5.780,00	444,66
Buritís (MG)	22.737	16.100	6.637	29,19	1,09%	1,50%	0,17%	5.225,19	4,351
Cabeceira Grande (MG)	6.453	5.297	1.156	17,91	0,87%	1,47%	-1,47%	1.031,41	6,256
Unai (MG)	77.565	62.329	15.236	19,64	1,03%	1,16%	0,51%	8.447,82	9,182
Das Águas Emendadas	2.906.184	2.758.713	147.471	5,07	2,20%	2,30%	0,51%	37.721,70	77,04
Goiás	6.003.788	5.420.714	583.074	9,71	1,84%	2,12%	-0,39%	340.111,38	17,65
Minas Gerais	19.597.330	16.715.216	2.882.114	14,71	0,91%	1,31%	-1,10%	586.519,73	33,41
Brasil	190.755.799	160.925.792	29.830.007	15,64	1,17%	1,55%	-0,65%	8.515.767,05	22,4

Tabela 1 – Demografia do Território Das Águas Emendadas, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Brasil

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

A densidade demográfica do Território é relativamente alta, 77,04 hab./km², superior à média goiana (17,65 hab./km²), à média mineira (33,41 hab./km²) e à média nacional (22,40 hab./km²). Uma das características dos municípios pertencentes aos territórios de baixo IDH é a sua baixa densidade demográfica, entretanto, a densidade demográfica apresentada pelo Distrito Federal (444,66 hab./km²) é extremamente elevada quando comparada aos demais municípios do Território e em relação à média nacional (Tabela 1).

O Distrito Federal reúne a maior população total, é considerado uma metrópole, embora registre a maior população rural entre todos os municípios, 87.950 habitantes, o que representa apenas 3,42% da população total e sua densidade demográfica é 444,66 hab./km². Diante disso, indaga-se sobre a participação do Distrito Federal na composição deste Território pelo fato do mesmo possuir em seu perfil traços não condizentes com as características intrínsecas que fazem com que um território seja considerado deprimido e, conseqüentemente, beneficiado por políticas públicas, criadas para contemplar determinados territórios rurais visando a promoção de seu desenvolvimento.

3.2 Características Socioeconômicas e Habitacionais

Ao se analisar o IFDM dos municípios do Território Das Águas Emendadas, o indicador médio e suas três vertentes, o IFDM apresenta discrepância significativa entre seus subindicadores, muito embora o indicador médio apresente evolução. Considerando o ano de 2013, somente Brasília (0,776) apresentou indicador maior que o brasileiro (0,744), enquanto o restante dos municípios apresentou indicador inferior (Tabela 2).

Considerando os subindicadores, a discrepância continua. De modo geral, houve

crescimento do IFDM Emprego e Renda no período que compreende os anos de 2005 e 2010, em contrapartida, no período entre 2010 e 2013 este subindicador recuou em todos os municípios.

Já o IFDM Educação apresentou os dados mais elevados, para todos os municípios. Assim como na área da educação, a área da saúde recebeu investimentos crescentes no período em análise, pois, o IFDM Saúde avançou de 0,593 em 2005 para 0,614 em 2010, e 0,700 em 2013, nessa perspectiva, todos os municípios apresentaram crescimento no subindicador, entretanto, o Distrito Federal (0,866) apresentou o subindicador bem acima dos demais, refletindo diretamente para que este apresentasse o maior IFDM geral (0,762), seguido por Unai (0,717) e Formosa (0,708), que também apresentaram o indicador elevado em relação aos demais (Tabela 2).

O avanço apresentado no IFDM geral dos municípios do Território no período 2005 – 2013, resulta especificamente das melhorias nas áreas de educação, em maior escala, e saúde, mas não do emprego e renda que apresentam um IFDM regular. Em suma, uma hipótese que pode justificar tal situação é que investimentos nas áreas de saúde e, especialmente educação, podem trazer melhorias para o município, contudo, não constituem um fator determinante para a geração de emprego e aumento da renda. Ou seja, não há mercado suficiente para absorver toda a mão de obra qualificada, diante disso, infere-se que além dos investimentos em educação, é preciso criar melhores oportunidades de emprego e renda capazes de absorver a população local.

Municípios / Territórios	IFDM			IFDM Emprego e Renda			IFDM Educação			IFDM Saúde		
	2005	2010	2013	2005	2010	2013	2005	2010	2013	2005	2010	2013
Água Fria de Goiás (GO)	0,479	0,598	0,612	0,557	0,462	0,464	0,406	0,542	0,614	0,475	0,789	0,759
Cabeceiras (GO)	0,535	0,585	0,650	0,448	0,523	0,518	0,600	0,665	0,716	0,558	0,567	0,715
Formosa (GO)	0,570	0,660	0,708	0,569	0,646	0,653	0,570	0,664	0,750	0,570	0,670	0,720
Mimoso de Goiás (GO)	0,505	0,476	0,558	0,436	0,392	0,447	0,451	0,624	0,696	0,628	0,413	0,529
Padre Bernardo (GO)	0,471	0,551	0,583	0,419	0,507	0,439	0,479	0,579	0,658	0,514	0,566	0,653
Planaltina (GO)	0,558	0,645	0,657	0,425	0,548	0,517	0,467	0,615	0,699	0,782	0,773	0,755
Vila Boa (GO)	0,575	0,541	0,652	0,585	0,699	0,571	0,593	0,529	0,693	0,548	0,394	0,693
Distrito Federal	0,771	0,802	0,762	0,776	0,751	0,614	0,748	0,802	0,807	0,788	0,853	0,866
Buritis (MG)	0,475	0,564	0,650	0,445	0,472	0,532	0,581	0,716	0,796	0,399	0,506	0,623
Cabeceira Grande (MG)	ND	0,625	0,673	0,434	0,536	0,506	ND	0,763	0,822	0,619	0,576	0,690
Unai (MG)	0,645	0,705	0,717	0,618	0,698	0,652	0,673	0,769	0,804	0,644	0,647	0,694
Brasil	0,614	0,719	0,744	0,601	0,726	0,702	0,595	0,708	0,761	0,644	0,723	0,768

Tabela 2 – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal do Território Das Águas Emendadas e do Brasil

Fonte: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal 2015. Dados tabulados pelos autores.

De acordo com Tabela 3 os indicadores de educação no Território mostram resultados positivos ao longo do tempo, como é o exemplo da taxa de analfabetismo de habitantes com 18 anos ou mais, que reduziu de 11,73% para 4,53% no período analisado, entre 1991 e 2010. Entretanto, há discrepância bastante elevada entre o Distrito Federal e as outras unidades da Federação. Enquanto o Distrito Federal permanece com o indicador em análise em 3,66%, Minas Gerais e Goiás apresentam

dados de 8,83% e 8,46%, respectivamente.

Ainda sobre as melhorias nos níveis de educação, percebe-se que a porcentagem de habitantes de 18 anos ou mais com ensino fundamental e médio completos elevou-se consideravelmente, o primeiro passou de 48,23% no ano de 1991 para 69,58% em 2010, e o último passou de 31,32% no ano de 1991 para 53,57% no ano de 2010. Todavia, analisando esses dados, a Tabela 3 mostra que o Distrito Federal apresentou os maiores índices em todos os anos.

Analisando-se a porcentagem de habitantes de 25 anos ou mais com ensino superior completo, o Território apresenta taxa elevada, 22,04% em 2010. Entretanto, os dados dos municípios apresentam enorme disparidade. Apesar das melhorias nos níveis de educação, o Distrito Federal apresentou taxa de 23,95% em 2010, melhores do que os estados de Minas Gerais (10,57%) e Goiás (10,27%), e até mesmo maiores que o Brasil (11,27%). Em contrapartida, o município de Vila Boa (GO) apresentou taxa de apenas 2,85%.

Municípios / Territórios	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais			% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo			% de 18 anos ou mais com médio completo			% de 25 anos ou mais com superior completo			Expectativa de anos de estudo		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Água Fria de Goiás (GO)	35,04	23,94	15,98	10,66	14,13	36,27	3,85	6,27	23,81	0,34	0,13	3,11	5,77	6,72	10,36
Cabeceiras (GO)	28,79	19,76	14,08	16,08	26,58	41,42	7,93	13,93	26,51	0,89	0,55	6,49	8,57	9,11	8,65
Formosa (GO)	20,62	14,76	9,24	29,39	36,93	56,12	16,65	21,6	40,64	3,55	3,93	12,07	8,77	8,47	10,25
Mimoso de Goiás (GO)	41,42	30,5	20,16	7	12,49	37,22	2,06	5,72	23,08	0,29	0	3,76	5,87	8,13	8,63
Padre Bernardo (GO)	31,32	21,44	15,38	11,67	18,58	38,8	4,69	6,39	22,22	1,53	0,21	2,85	6,94	7,98	8,61
Planaltina (GO)	26,83	17,02	10,96	18,58	24,6	47,6	6,43	9,71	30,5	0,57	0,51	4,04	7,09	7,81	9,25
Vila Boa (GO)	43,01	29,01	17,07	9,99	21,84	43,06	5,34	10,25	25,72	1,72	0,61	2,78	6,49	7,04	10,49
Distrito Federal	9,85	6,09	3,66	52,13	59,48	72,32	34,28	40,2	56,34	14,27	15,29	23,95	9,48	10,07	9,87
Buritis (MG)	31,96	22,81	16,42	14,22	25,41	42,16	7,89	14,91	26,22	2,33	2,92	6,78	7,57	8,87	9,2
Cabeceira Grande (MG)	30,1	22,43	15,67	11,18	19,77	36,3	4,12	11,36	19,11	0,97	1,18	3,89	6,56	8,48	8,87
Unai (MG)	22,54	13,88	9,25	17,75	32,05	48,79	8,75	19,12	32,12	2,13	2,77	8,02	8,48	10,11	9,69
Das Águas Emendadas	11,73	7,42	4,53	48,23	55,74	69,58	31,32	37,15	53,57	12,8	13,67	22,04	9,3	9,9	9,84
Goiás	19,73	12,86	8,46	28,97	37,25	54,97	16,61	21,88	37,47	4,04	4,8	10,27	8,3	9,04	9,72
Minas Gerais	19,29	12,87	8,83	26,16	36,78	51,43	15,79	22,71	35,04	4,92	6,1	10,57	8,36	9,16	9,38
Brasil	20,88	14,5	10,19	30,09	39,76	54,92	17,91	24,67	37,89	5,75	6,77	11,27	8,16	8,76	9,54

Tabela 3 – Dados Sobre Educação do Território Das Águas Emendadas, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Brasil

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

Acredita-se que um fator explicativo para o Distrito Federal apresentar os melhores indicadores de educação ocorre devido à capital do país possuir um perfil empregatício, principalmente nos setores públicos, que exige maiores níveis de escolaridade, o que em grande parte, explica a maior concentração dessas taxas elevadas, e em última instância, a Capital Federal possui todos os graus de escolaridade, bem como concentração de estabelecimentos de ensino superior, muito diferente dos pequenos municípios que compõe o território.

Em geral, no período entre 1991 e 2010 os indicadores de renda *per capita* apresentaram resultados positivos em todos os municípios do Território. É importante ressaltar que esse aumento da renda *per capita*, sobretudo da fatia mais pobre da população, decorre do aumento da participação do Programa Bolsa Família,

especialmente, nos territórios rurais mais pobres (JESUS e ORTEGA, 2012; Gráfico 1).

Entretanto, o Distrito Federal se destaca pela maior renda *per capita* em todos os períodos analisados, saltando de R\$ 916,00, em 1991, para R\$ 1.199,44, em 2000, alcançando R\$ 1.715,11, em 2010, responsável pela elevada renda *per capita* do Território (R\$1.587,23), pois, todos os demais municípios apresentam renda *per capita* inferior a R\$ 750,00.

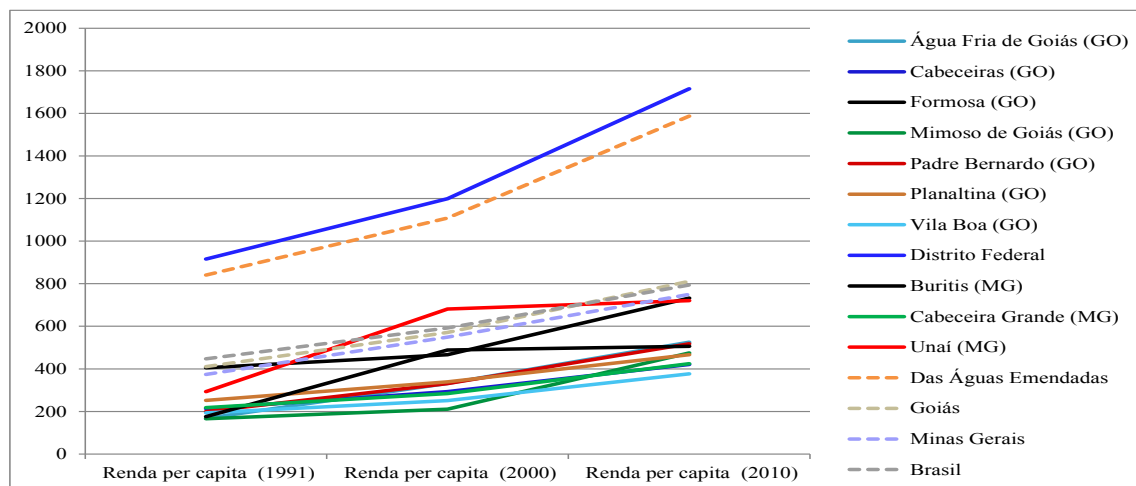


Gráfico 1 – Renda Per Capita (R\$) do Território Das Águas Emendadas, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Brasil

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

Acredita-se que um dos motivos da discrepância do Distrito Federal no território refere-se à participação de Brasília, devido à concentração dos serviços federais na capital do país e nos maiores salários que os funcionários públicos e de outros setores de serviços recebem em relação aos outros trabalhadores, sendo este um dos fatores determinantes na elevação da renda *per capita*.

Assim como há discrepância no perfil econômico dos municípios do Território, esta permanece também nas características trabalhistas do local. A taxa de atividade da população acima de 18 anos era 74,01%, em 2010, superior à média goiana (70,78%), à mineira (67,22%) e à média nacional (66,54%). Contudo, nota-se que o município de Mimoso de Goiás apresenta taxa de 54,55%, a menor do Território, já o Distrito Federal apresenta a maior taxa (74,34%), seguido por Formosa (74,01%) e Unai (72,82%), que destoam dos demais municípios, diante disso, constata-se que, neste aspecto, tais municípios são os maiores responsáveis por elevar essa taxa no Território.

Acerca das condições trabalhistas, os dados mostram que o Território das Águas Emendadas possui alto índice de regularização dos trabalhadores perante à legislação, pois, o Território apresenta porcentagem de empregados com carteira maiores de 18 anos de 50,41%. Contudo, os municípios apresentam muitas divergências acerca deste dado, e constata-se que a Capital Federal possui maiores índices de regularização de

seus empregados (Tabela 4).

Acerca da porcentagem de trabalhadores do setor público acima de 18 anos, observa-se que a taxa mais alta é do município de Mimoso de Goiás (17,74%). Todavia, é importante ressaltar que este cálculo é realizado de acordo com a população total de cada município, assim sendo, o município apresenta a maior taxa em termos relativos, pois possui população total de 2.685 habitantes. Em contrapartida, o Distrito Federal que apresenta taxa de (13,9%), em termos absolutos são milhares de trabalhadores, pois, deve-se considerar a população total de 2.570.160 habitantes.

É importante ressaltar que as políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural visam contemplar os municípios com perfil rural. Contudo, observa-se que o Território das Águas Emendadas possui a porcentagem de ocupados no setor agropecuário maiores de 18 anos relativamente baixa (3,68%). Entretanto, o Distrito Federal (1,84%) apresenta taxa muito inferior aos demais municípios, distorcendo a análise deste dado no Território.

Municípios / Territórios	Taxa de atividade - 18 anos ou mais (2010)	% de empregados com carteira - 18 anos ou mais (2010)	% de empregados sem carteira - 18 anos ou mais (2010)	% de trabalhadores do setor público - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais (2010)
Água Fria de Goiás (GO)	67,33	28,67	30,02	8,72	55,26
Cabeceiras (GO)	62,37	33,07	29,96	12,59	36,72
Formosa (GO)	74,01	34,41	25,81	12,03	13,17
Mimoso de Goiás (GO)	54,55	22,17	32,17	17,74	42,96
Padre Bernardo (GO)	65,81	34,46	32,4	5,46	23,95
Planaltina (GO)	72,06	48,37	25,07	6,39	5,54
Vila Boa (GO)	64,03	44,58	25,58	14,75	26,76
Distrito Federal	74,34	52,08	14,77	13,9	1,84
Buritís (MG)	69,3	23,63	35,84	10,1	30,95
Cabeceira Grande (MG)	67	34,48	28,95	10,06	47,31
Unai (MG)	72,82	37,08	24,25	8,07	22,13
Das Águas Emendadas	74,01	50,41	16,16	13,34	3,68
Goiás	70,78	43,49	22,38	7,19	10,96
Minas Gerais	67,22	47,45	19,53	6,67	15,83
Brasil	66,54	46,47	19,33	5,61	13,55

Tabela 4 – Taxas de Ocupação e Desocupação do Território Das Águas Emendadas, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Brasil

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

As características socioeconômicas de alguns municípios do Território Das Águas Emendadas propiciaram que estes recebessem atenção especial de diversas políticas públicas, entre elas o Programa Bolsa Família, que se destaca pelo fato de prestar auxílio, em termos econômicos, à população menos favorecida por meio de transferências diretas do Governo Federal.

De acordo com a Tabela 5 o volume total de repasses de recursos para as famílias, bem como o número de famílias beneficiadas é crescente, passando de R\$ 25.423.424,00, em 2004, para R\$ 103.014.288,00, em 2010, alcançando R\$ 197.781.579,00, em 2014, crescimento total de aproximadamente 778%. O número de famílias beneficiadas, embora tenha aumentado, cresceu relativamente menos, saltado de 71.350, em 2004, para 128.620, em 2014, crescimento de 86% em 10 anos. O volume do repasse de recursos médios anuais por família no Território foi crescente,

passando de R\$ 356,32, em 2004, para R\$ 716,00, em 2010, alcançando o valor de R\$ 1.488,32, em 2014.

De modo geral, os municípios com mais baixo IDH recebem os maiores valores médios no Programa Bolsa Família. Em 2014, enquanto cada família do Distrito Federal recebeu, em média, R\$ 1.459,34 anuais, as famílias dos municípios de mais baixo IDH receberam R\$ 1.714,02 anuais, média pertencente ao município de Cabeceiras (GO). Diante disso, acredita-se que esse auxílio de renda proveniente do Programa Bolsa Família influencia diretamente na composição da renda das famílias de baixo rendimento médio (Tabela 5).

Municípios / Territórios	Famílias Beneficiadas						Valor Médio Anual Por Família (R\$)		
	2004		2010		2014		2004	2010	2014
	Números	Valor (R\$)	Números	Valor (R\$)	Números	Valor (R\$)			
Água Fria de Goiás (GO)	223	70.330	537	459.372	646	940.762	315,38	855,44	1.456,29
Cabeceiras (GO)	423	186.128	820	816.820	1.126	1.929.986	440,02	996,12	1.714,02
Formosa (GO)	7.101	2.999.979	7.697	8.194.344	9.004	14.670.714	422,47	1.064,62	1.629,36
Mimoso de Goiás (GO)	480	68.335	375	399.566	463	675.288	142,36	1.065,51	1.458,51
Padre Bernardo (GO)	1.572	554.291	2.994	2.857.255	2.505	3.730.557	352,6	954,33	1.489,24
Planaltina (GO)	3.531	1.843.338	7.629	8.143.865	8.943	14.320.225	522,04	1.067,49	1.601,28
Vila Boa (GO)	319	127.354	578	625.569	664	1.036.202	399,23	1.082,30	1.560,55
Distrito Federal	47.315	15.607.260	115.089	74.720.777	101.156	147.621.128	329,86	649,24	1.459,34
Buritis (MG)	1.566	774.656	2.452	2.757.910	3.049	5.189.292	494,67	1.124,76	1.701,97
Cabeceira Grande (MG)	633	214.524	718	625.556	729	1.144.292	338,9	871,25	1.569,67
Unai (MG)	8.187	2.977.229	4.985	3.413.254	4.604	6.523.133	363,65	684,7	1.416,84
Das Águas Emendadas	71.350	25.423.424	143.874	103.014.288	132.889	197.781.579	356,32	716	1.488,32
Goiás	-	102.114.665	-	333.138.458	-	594.622.859	-	-	-
Minas Gerais	-	578.283.626	-	1.188.938.182	-	2.086.537.720	-	-	-
Brasil	-	5.533.257.937	-	14.336.015.610	-	27.189.725.615	-	-	-

Tabela 5 – Número de Famílias Beneficiadas e Valor Total do Repasse e Repasse Médio por Família no Programa Bolsa Família do Território Das Águas Emendadas, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Brasil

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal. Dados tabulados pelos autores.

A Tabela 6 apresenta alguns dos dados por meio dos quais é possível constatar a grande disparidade entre o Distrito Federal e os demais municípios do Território das Águas Emendadas, sendo eles a Participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) e o Produto Interno Bruto (PIB) coletados no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considerando o valor absoluto do VAB do território em 2010, o Distrito Federal é responsável por aproximadamente 94% do VAB no setor da indústria, 98% no setor de serviços, em contrapartida, é responsável por apenas 25% do VAB no setor agropecuário.

Municípios / Territórios	Participação percentual sobre o Valor Agregado Bruto - VAB								PIB Nominal 2010 (Mil Reais)	Taxa de cresc. do PIB 2000-10
	Agricultura		Indústria		Serviços		Serv. Administrados			
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010		
Água Fria de Goiás (GO)	56,75%	71,67%	5,78%	4,40%	37,48%	23,94%	17,18%	9,17%	131.009	12,76%
Cabeceiras (GO)	55,36%	65,81%	6,61%	6,19%	38,03%	28,00%	14,37%	10,70%	131.844	7,56%
Formosa (GO)	10,65%	9,50%	12,12%	20,30%	77,23%	70,20%	21,73%	21,90%	911.489	6,44%
Mimoso de Goiás (GO)	55,08%	55,89%	5,46%	6,22%	39,46%	37,89%	19,74%	21,59%	28.987	4,26%
Padre Bernardo (GO)	19,57%	26,69%	12,19%	12,53%	68,24%	60,77%	30,27%	29,87%	187.005	6,85%
Planaltina (GO)	6,82%	9,12%	12,47%	14,87%	80,71%	76,01%	32,91%	36,78%	440.380	4,73%
Vila Boa (GO)	34,90%	49,78%	7,42%	10,16%	57,67%	40,06%	30,45%	17,56%	73.057	13,74%
Distrito Federal	0,32%	0,25%	5,98%	6,55%	93,70%	93,20%	54,51%	54,41%	149.906.319	3,70%
Buritiz (MG)	54,77%	38,28%	5,47%	8,20%	39,76%	53,51%	12,19%	13,95%	378.229	5,67%
Cabeceira Grande (MG)	58,54%	34,32%	4,35%	35,48%	37,10%	30,20%	15,20%	15,37%	113.758	6,36%
Unaí (MG)	41,64%	30,53%	10,22%	18,31%	48,14%	51,16%	10,44%	12,66%	1.402.293	4,88%
Das Águas Emendadas	0,97%	0,95%	6,06%	6,80%	92,97%	92,25%	53,75%	53,49%	153.704.370	3,75%
Goiás	14,01%	14,10%	24,02%	26,59%	61,98%	59,32%	14,05%	13,94%	97.575.930	5,19%
Minas Gerais	10,53%	8,48%	31,51%	33,58%	57,96%	57,94%	13,49%	13,41%	351.380.905	4,53%
Brasil	5,60%	5,30%	27,73%	28,07%	66,67%	66,63%	14,93%	16,20%	3.770.084.872	3,61%

Tabela 6 – Participação Percentual sobre o Valor Adicionado Bruto por setores e dados do PIB do Território Das Águas Emendadas, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Brasil

Fonte: IBGE. Dados tabulados pelos autores.

De um lado, estão reunidos oito municípios em que o peso da agropecuária no VAB é elevado, variando entre 26,69%, em Padre Bernardo, e 71,67%, no caso de Água Fria de Goiás. Em contrapartida, em três municípios a participação da agropecuária é inferior a 10%, com destaque para o Distrito Federal que representa apenas 0,25%. A atividade industrial é baixa no território, ocupou apenas 6,80% do VAB, em 2010. Enquanto o setor de serviços merece atenção especial, pois em 2010, 92,25 % do VAB do território adveio desse setor, com grande destaque para o Distrito Federal com 93,20% (Tabela 6).

Analisando-se o comportamento do PIB no Território verifica-se que o mesmo apresentou taxa de crescimento de 3,75% a.a., pouco superior à média nacional que foi de 3,61%. Entretanto, entre nos 11 municípios houve grande variação na taxa de crescimento, desde o Distrito Federal que cresceu 3,70% a.a. até o pequeno município de Vila Boa que cresceu impressionantes 13,74% a.a.. Deste modo, analisando a trajetória de crescimento do PIB e o PIB *per capita*, não se pode afirmar que esse é um território deprimido, pois alcançou taxas de crescimento expressivas. Contudo, identifica-se na conformação do PIB imensa disparidade entre os municípios, pois, o Distrito Federal é responsável por PIB *per capita* de R\$ 55.405,00 e 97,53% do PIB de 2010, enquanto o município de Mimoso de Goiás por apenas 0,018%, além disso, os municípios de Unaí e Formosa também se destoam dos demais, não tanto como a Capital Federal, mas correspondem à fatia de 0,91% e 0,59%, respectivamente. Dados que confirmam, em última instância, o alto grau de heterogeneidade do Território.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises geográficas, demográficas, socioeconômicas e habitacionais, constata-se que o Território das Águas Emendadas possui indicadores

discrepantes entre seus municípios. O Território caracteriza-se como urbano, entretanto, alguns dos municípios possuem perfil eminentemente rural. O Território apresenta indicadores, majoritariamente superiores ao patamar dos estados de Goiás, Minas Gerais e ao patamar nacional, em contrapartida, estes indicadores elevados devem-se à participação do Distrito Federal, pois, todos os demais municípios apresentam indicadores inferiores.

Os municípios de Formosa e Unaí também se destoam dos demais, e apresentam indicadores elevados, não tanto quanto os da capital do país, mas superiores aos demais municípios. Formosa possui influência do agronegócio goiano e estímulo à industrialização da região, e serve como uma forma de equilibrar a expansão econômica da Capital Federal, como um novo polo de desenvolvimento. Unaí tem sua economia fincada na agropecuária, sendo um dos maiores produtores de grãos do Brasil. Diante disso, tais municípios também são responsáveis por distorções positivas na média territorial. Assim sendo, é necessário repensar a forma de moldar a transformação do Território de modo a abarcar as peculiaridades de cada um dos municípios, apoiando um caminho de crescimento que aborda as vulnerabilidades que afetam a vida dos habitantes.

As políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural visam contemplar os municípios com perfil rural, deste modo, constatou-se que, no território em questão, articulou-se diferentes sistemas sócio produtivos e que o recorte territorial não coincide com a definição de perfil rural adotada pelo Programa Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, pois, aglutinou-se municípios de perfil eminentemente rural juntamente a centros de maior dinamismo que possuem grande influência, fator responsável muitas vezes pelos casos de polarizações, descaracterizando o perfil dos territórios do programa.

Em última instância, entende-se que a participação do Distrito Federal no Território das Águas Emendadas deve ser repensada, pois, este não se enquadra nas características que o tornam um “território deprimido” que foi incluso no programa denominado Territórios Rurais, e conseqüentemente, nos Territórios da Cidadania. A discrepância pode dificultar os membros do colegiado a identificarem um projeto comum de desenvolvimento pois, os problemas de naturezas tão diferenciadas exigem ações específicas para cada realidade. Por outro lado, um centro de grande dinamismo como Brasília, pode criar oportunidades para os pequenos municípios do seu entorno, especialmente para os agricultores familiares, que podem explorar um grande mercado consumidor escoando sua produção para a capital do país.

5 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS BRASIL 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Realização: PNUD, IPEA e FJP. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. **Portal da Transparência**. Reúne e disponibiliza as informações sobre a aplicação de

recursos federais no Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Apresenta informações sobre o Ministério e suas atividades**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

IFDM – ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. **Consulta ao índice**. 2015. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

JESUS, C. M. **Desenvolvimento territorial rural: análise comparada entre os territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha**. 2013. 289 f. Tese (Doutorado em Economia) - Curso de Economia, Departamento Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

NEDET – NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Informações Territoriais**. Disponível em: <www.portaldosnedets.info>. Acesso em: 27 mai. 2016.

ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos**: Desafios para as Políticas de Desenvolvimento Rural. Campinas, SP: Alínea; Uberlândia, MG: EDUFU, 2008.

_____; JESUS, C. M. **Café e Território: a cafeicultura no Cerrado Mineiro**. São Paulo: alínea, 2012. 246p.

_____; ESTRADA, E. M. **Desenvolvimento em Territórios Rurais: estudos comparados de Brasil e Espanha**. Campinas, SP: Alínea, 2015.

SOBRE A ORGANIZADORA

Jaqueline Fonseca Rodrigues – Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; Organizadora do Livro “Elementos da Economia - 1” – e “Conhecimento na Regulação no Brasil” - Editora Atena – 2018 e 2019 e Perita Judicial na Justiça Estadual na cidade de Ponta Grossa – Pr.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-319-4

